

8 de março dá início à agenda de mobilizações

01/03/2005

Ato promove lançamento da Carta das Mulheres para a Humanidade

O 8 de março é a data do calendário feminista com maior repercussão na sociedade. Por parte do movimento de mulheres, existe inclusive uma disputa com o conjunto da sociedade para que se mantenha o caráter de luta desse dia. Evidentemente, em momentos em que cresce a mobilização e radicalidade do movimento, essa disputa fica menos intensa e inclusive a própria imprensa tem de rever suas pautas e enfoques. Por exemplo, voltar a dar ênfase aos problemas vividos pelas mulheres, e não apenas tentar glamourizar o dia, elogiando as qualidades femininas – ou dizendo que é mais um dia para presentear.

Essa é a tônica do 8 de março de 2005, que marca o início das ações internacionais da Marcha Mundial de Mulheres, com o lançamento da Carta da Mulheres para a Humanidade. Para isso, se realiza um ato nacional em São Paulo, com concentração a partir das 14 horas no vão livre do MASP na Avenida Paulista, que segue em marcha até a Praça da República, onde se realiza o encerramento.

De São Paulo, a Carta seguirá para Rio Grande do Sul, onde será realizada na cidade de Porto Xavier, fronteira com a Argentina, a primeira passagem nessa marcha de revezamento. Essa viagem durará até 17 de outubro, quando se encerrará com uma atividade na cidade de Ouagadougou, em Burkina Faso, na África, após passar por 50 países.

Além das ações em cada país em torno da Carta, a proposta é construir uma mobilização permanente entre 8 de março e 17 de outubro. Serão realizadas ações simultâneas em torno a quatro temas: contra a guerra e a militarização; contra o livre mercado; contra o tráfico de mulheres e por soberania alimentar.

Dessa forma, o 8 de março marca o início dessa agenda internacional de mobilização, que deverá ser combinada com as agendas nacionais. No Brasil, há que se destacar o tema da valorização do salário mínimo – que vem sendo trabalhado pela Marcha Mundial de Mulheres –, e o tema da descriminalização e legalização do aborto, que deverá ser uma prioridade a partir do encaminhamento dado pela Secretaria Especial de Mulheres do Governo Lula à decisão da primeira Conferência de Políticas para as Mulheres.
